

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/12/2012 - Edição N°. 716

RN: SINDSEGUR organiza Campanha Salarial e aprova pauta de reivindicações

De 20 a 30 de novembro o SINDSEGUR e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) realizaram assembleias em Mossoró, Caicó, Parnamirim e Natal para discutir e aprovar a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2013/2014.

Durante as assembleias os trabalhadores vigilantes tiveram a oportunidade de conhecer as reivindicações propostas pelo sindicato, além de discutir e acrescentar propostas à pauta apresentada.

Faz-se necessário reafirmar que a garantia de uma Campanha Salarial vitoriosa depende da participação da categoria. Por isso, vamos continuar atentos e dispostos a lutar para assegurar direitos fundamentais e garantir as conquistas que os vigilantes tanto merecem.

O ex-presidente do Sindicato dos Vigilantes, Iran Marcolino, chamou a atenção para a importância de cada vigilante ser um multiplicador da campanha salarial, conversando com os colegas em cada posto de trabalho. "Só o trabalhador pode transformar o SINDSEGUR num grande sindicato. Na verdade, já conseguimos muito, mas precisamos de mais armas para fortalecer ainda mais a nossa luta e enfrentar esse patrão que estava mal acostumado".

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, que participou da assembleia realizada no Sindicato dos Rodoviários, em Natal (30/11), "o papel e o compromisso do sindicato é lutar para que os interesses da categoria sejam atendidos, por isso foi convocada essa assembleia". Ele reforçou a necessidade de fortalecer a luta pela instalação de assentos à disposição dos vigilantes nos locais de trabalho. "O trabalho muito tempo em pé está adoecendo a gente", denunciou, apontando estudo do Ministério do Trabalho sobre o assunto.

Boaventura ainda defendeu que os cursos de reciclagem só possam acontecer em dias úteis, "porque não tem cabimento a empresa botar a gente para fazer curso de reciclagem no domingo, quando o feriado é dia do nosso descanso junto com a nossa família. A Confederação está presente aqui no Rio Grande do Norte para apoiar aquilo que a categoria decidir sobre a sua luta em defesa desse e outros direitos".

A nossa assessoria de comunicação bateu um papo com José Boaventura, que falou entre outras coisas sobre a luta dos vigilantes em defesa dos 30% do risco de vida e do piso salarial nacional de R\$ 2.500,00. Aguarde a entrevista completa.

Na avaliação do coordenador-geral do SINDSEGUR, Fran-

cisco Benedito (Bené), "Todas as assembleias foram realizadas com uma grande participação do trabalhador vigilante, mostrando que a cada dia a categoria quer mudança, quer dias melhores. A diretoria do SINDSEGUR está encaminhando o que os vigilantes reivindicam há anos, por isso estamos aqui em mais uma assembleia. Vamos entregar aos empresários uma pauta limpa, onde foi retirado tudo o que prejudicava a nossa categoria. Estamos muito felizes com a participação em massa dos vigilantes, mostrando mais uma vez que estão ao lado da diretoria do SINDSEGUR".

A pauta aprovada nas assembleias será entregue ao sindicato patronal e ao Ministério Público do Trabalho nesta segunda-feira (03/12) para que possa, enfim, iniciar o processo de negociação. Então, vamos precisar de todo mundo para pressionar o patrão. A aprovação das nossas reivindicações nas assembleias não garante que tudo está resolvido. Muito pelo contrário, vai depender da força da mobilização e da disposição de luta da categoria.

Fonte: SINDSEGUR (Foto: Rogério Marques)



O prazo está acabando

Pressão, pressão, pressão

VIGILANTES NA LUTA

30%

RISCO DE VIDA / PERICULOSIDADE JÁ!

PL 1033/03

Sanciona DILMA

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

95ª Reunião da CCASP se manifesta contra Projeto que prevê a regulamentação da profissão de vigia

Enquanto entidades de classe, setores da segurança pública, entre outros entes da sociedade civil lutam para trazer para a legalidade os trabalhadores que se encontram em situação irregular, a qual denominamos vigilância clandestina, aparece um projeto na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Jayme

Campos (DEM/MT) que contraria os esforços que temos feito para legalizar a atividade de segurança privada.

Diante de mais essa ameaça de legalizar uma atividade irregular, que trará prejuízo aos vigilantes legalizados e conseqüentemente a toda a sociedade, a 95ª Reunião da CCASP aprovou a elaboração de

uma nota a ser encaminhada ao Ministério da Justiça com uma análise contrária ao referido PL.

Manifestações individuais, de entidades e outros setores também serão feitas e reforçarão, junto ao Ministério da Justiça, a contrariedade quanto a aprovação dessa matéria.

Fonte: CNTV

NOTA DA CCASP - PL SOBRE VIGIAS

Srs. Membros da CCASP,

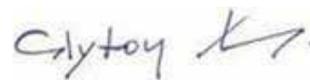
Conforme restou deliberado na 95ª Reunião da CCASP – realizada em 29/11/2012, a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada encaminhará ao Ministério da Justiça uma NOTA acerca do Projeto de Lei que se encontra tramitando no Congresso Nacional, sobre a regulamentação da profissão de vigia, conforme proposto pelo Presidente da ABREVIS.

Sugiro que a minuta da NOTA con-

tenha texto versando, sucintamente, sobre o histórico e o sistema atual da atividade de segurança privada no Brasil, sua evolução, objetivos e alcance social, além de análise crítica acerca de que aspectos o referido PL dos Vigias poderá se confrontar com o modelo atual, inclusive quanto aos eventuais prejuízos que poderão advir às empresas, aos trabalhadores e à própria sociedade.

Desta forma, solicito aos respei-

tados Membros que encaminhem à Presidência da CCASP a minuta da referida NOTA, para análise, assinatura e encaminhamento



CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

Delegado de Polícia Federal
Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada
CGCSP/DIREX/DPF - Brasília/DF

Projeto prevê regulamentação para vigias

O objetivo é retirar da informalidade um contingente atualmente estimado em mais de 1,5 milhão de trabalhadores.

Um projeto (PLS 302/2012) enviado à CAS (Comissão de Assuntos Sociais), em decisão terminativa e de autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT) regulamenta a profissão de vigia autônomo, exigindo seu registro junto aos órgãos oficiais de segurança pública dos estados e do Distrito Federal.

Também aplica a esses profissionais as normas da legislação trabalhista e previdenciária. O objetivo é retirar da informalidade um contingente atualmente estimado em mais de 1,5 milhão de trabalhadores, que tende a aumentar com o aumento da insegurança.

“E a procura por esse tipo de serviço cresce cada vez mais, expres-

são do alto nível de insegurança verificado principalmente nos grandes centros urbanos. Trata-se, portanto, de importante função social. O vigia desenvolve relevante papel na segurança preventiva e no apoio ao bem estar e à tranquilidade da população nas comunidades onde atua”, argumenta o senador.

Jayme Campos afirma que, embora a profissão de vigilante esteja regulamentada há quase trinta anos, os vigias particulares, não vinculados a empresas de segurança patrimonial, comercial ou bancária, permaneceram na informalidade.

De acordo com o projeto, a profissão é definida como a atividade daqueles que exercem, desarmados, a guarda de condomínios ou ruas e o patrulhamento, a pé ou motorizado, de imóveis residenciais ou comerciais, e recebem remuneração paga

pelos proprietários ou moradores da área abrangida pela vigilância.

Requisitos

Entre os requisitos para a obtenção do registro de vigia autônomo, incluídos no projeto, estão: ser brasileiro maior de 21 anos, ter residência fixa e não possuir antecedentes criminais. Além disso, o profissional deve estar quite com as obrigações militares e eleitorais, comprovar nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental e não ser funcionário de nenhum órgão de segurança pública.

O candidato deve comprovar também aptidão física e psicológica em exame realizado por instituição credenciada pelos órgãos de segurança pública. E deve possuir treinamento específico em segurança privada.

Fonte: Agência Senado

Paraná: Empresa de vigilância contratada pelo BB demite 350

Mais de 350 vigilantes que trabalhavam na empresa Alerta Vigilância e prestavam serviço nas agências do Banco do Brasil devem passar o fim de ano sem receber a rescisão trabalhista. Eles foram demitidos no dia 14 de novembro, mas a empresa afirmou que não irá pagar o acerto e vai apenas liberar as guias do FGTS. Além deles, 300 vigilantes estão na mesma situação e outros 1,8 mil trabalhadores que também realizam a vigilância em entidades públicas correm o risco de passar pelo mesmo problema.

Para o presidente da Federação dos Vigilantes do Paraná, João Soares, trata-se de um grande golpe em andamento há pelo menos um ano. “Há algum tempo a empresa apresenta sinais de que tem a intenção de dar calote”, conta. No ano passado uma fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho apontou irregularidades no recolhimento do fundo de garantia, o que chamou a atenção do sindicato. Além disso, os funcionários passaram a reclamar dos atrasos nos pagamentos, fazendo com que algumas empresas que contrataram o serviço deixassem de repassar recursos para a Alerta e comesçassem a pagar os salários diretamente para os trabalhadores.

De acordo com Soares, houve negligência por parte das empresas que não fiscalizaram a atuação da Alerta. A empresa continuou a funcionar mesmo com os problemas apontados e foi vendida a duas pessoas que o presidente da federação classifica como laranjas. “Essas pessoas compraram do antigo proprietário para ele se eximir da



responsabilidade de pagar as dívidas. E já estão dizendo que venderam a empresa para outro grupo religioso. É lamentável que isso aconteça”, denuncia. Ao anunciar que não irá pagar a rescisão, a empresa orientou os funcionários a procurar a justiça para conseguir seus direitos trabalhistas.

Este não é o único caso em andamento de empresa que deixou de pagar os direitos trabalhistas a seus funcionários, o que é muito comum nesta época do ano. Soares conta que as empresas fecham as portas para não precisar pagar benefícios como o 13.º salário. No ano passado foi registrado um caso semelhante, mas nenhum deles tão grave quanto a situação na Alerta. A Tribuna tentou entrar em contato com os representantes da empresa, mas não foi atendida em suas ligações.

Fonte: Paraná Online

VIGILANTES tem direito as horas extras quando realizam os cursos de reciclagem.

Na sexta feira (30/11/2012), a 2ª Vara do Trabalho de Blumenau, condenou a empresa Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda. ao pagamento dos cursos de reciclagem dos vigilantes como horas extras, além de indenização por dano moral coletivo no valor de meio piso da categoria por trabalhador. O escritório Aurélio Miguel e Novais Advogados

Associados (<http://www.amnadogados.com.br/>) ajuizou Ação Civil Pública em nome do SINVAC (Sindicato dos Vigilantes) para beneficiar mais de 180 empregados. O processo foi autuado sob o número RTOOrd 0002851-80.2012.5.12.0018 e está pendente de recurso para o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. O Presidente do Sindicato Jodecir de Souza tem uti-

lizado as Ações Coletivas como forma de garantir o direito de todos os trabalhadores associados. O julgamento tem fundamento o artigo 4º da CLT, que obriga o empregador a pagar inclusive as horas à disposição da empresa, como é o caso dos cursos de reciclagem dos vigilantes.

Fonte: Aurélio Miguel Bowens da Silva - OAB-SC nº 17.667

CIDADES

Polícia tenta recuperar armas roubadas

SEGURANÇA
Armamento levado de empresa de segurança seria usado em crimes

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

O furto de armas de fogo de uma empresa de segurança, em Belém, ocorrido há uma semana, poderá resultar em um aumento nos crimes de saque e assalto a residências e sequestro-rapto. "Deve haver uma pequena incidência na criminalidade no nível médio (que são os crimes mencionados acima). É possível que isso venha a ocorrer", diz o delegado Eder Mauro, diretor da Divisão de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR). Mas, segundo ele, as policiais Civil e Militar estão nas ruas para tentar recuperar esses armamentos - revólveres e cartuchinhas - e prender os autores do furto.

Localizada no bairro do Telégrafo, a empresa faluiu há um ano. As investigações da Polícia Civil apontam que o furto das armas ocorreu entre o sábado e o domingo. Há divergências sobre a quantidade de armas que estão nas mãos dos bandidos. Ao comparecer à DRFR, que funciona na Delegacia do Marco, um dos donos da empresa disse que foram furtadas 235 armas de fogo. "Mas pessoas ligadas à empresa dizem que seriam mais de 400 armas", afirma Eder Mauro. Foram furtados revólveres, cartuchinhas de calibre 20 e cartuchinhas de calibre 12 (de repetição).

A informação sobre o saque ao prédio chegou ao conhecimento dos policiais às 14 horas de domingo. E, uma hora e meia depois, policiais civis e militares da Ronda Tática Metropolitana já estavam vasculhando a Vila da Barca, no Telégrafo. Nesse primeiro momento, eles recuperaram oito espingardas de calibre 20, uma escopeta de calibre 12 e cinco revólveres de calibre 38 - depois, apreenderam mais três, totalizando 12 no total. E prenderam duas pessoas, com as quais encontraram aproximadamente 400 pedras de cocaína.

Logo no começo, os revólveres estavam sendo vendidos por R\$ 50. Eder Mauro acredita que, depois das incursões feitas por policiais civis e militares, o armamento não esteja mais na Vila da Barca. "Já foram deslocadas para outros bairros. O preço já subiu também. Os revólveres estão custando, agora, entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00", diz. Segundo o delegado Eder Mauro, os revólveres furtados serão usados pela categoria "média" dos assaltantes. Aqueles que praticam saque bancário, assalto a residências, roubam pequenas e médias empresas e pedras de cocaína. Já as cartuchinhas calibre 12, de repetição,

vão ser empregadas para o cometimento de assaltos a grandes empresas e, talvez, a casas bancárias. Como se sabe, muitas pistolas de calibre 40, de uso privativo da Polícia, também estão nas mãos dos bandidos.

Isso ocorre durante furto e roubos aos policiais. Em muitos casos, os bandidos matam o policial e roubam sua arma. "Nas prisões e apreensões que fazemos, encontramos a 'ponto 40', que é de uso exclusivo da Polícia", diz ele, para acrescentar. "Mas a Polícia está atenta e correndo atrás (para prender os criminosos e recuperar essas pistolas)", diz. Eder Mauro também fala sobre o comércio do aluguel de armas. "É possível que o delegado diz o tráfico de drogas é o carro-chefe. E que os roubos e os furtos estão diretamente ligados ao tráfico de entorpecentes. Ele afirma que tem traficante que fornece armas para a prática de assaltos. Como há, também, traficantes que participam diretamente do roubo. "É uma forma de adquirir capital para investir no tráfico da droga", diz. Às vezes, alguns revólveres e pistolas por R\$ 200,00, mas recebem, ainda, um percentual em cima do valor roubado.

VIGILANTES

Outra categoria profissional muito visada pelos bandidos são os vigilantes. Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Pará, Juber Lopes, diz que, por medida de segurança, as empresas não informam quantos desses trabalhadores portam arma de fogo. Mas o Sindiviva apurou, com a Polícia Federal, que - incluindo vigilância patrimonial de empresas prestadoras de serviços e orgânica (vigilantes de empresas com outras atividades econômicas que possuem quadro de vigilância próprio) e transporte de valores - estão registrados, no Pará, 15.973 vigilantes e 6.844 armas nas mãos desse contingente.

Juber afirma que, pela quantidade de trabalhadores e de armas, as ocorrências (de roubo) são relativamente poucas. "O sindicato alerta sobre algumas situações recorrentes que os tornam vulneráveis: pouco vigilante para o tamanho da área vigiada, vigilante em desvio de função organizando fila, vigilante exposto ao contato físico direto com o público, entre outras". Segundo ele, o contato físico é um problema grave para o trabalhador vigilante, pois tira a atenção do profissional e o expõe a ação criminosa. "Os policiais sempre trabalham em dupla. Mas os vigilantes, não. A exceção dos bancos que, pela lei, tem de ter no mínimo dois profissionais. De forma a economizar, o tomador de serviços acaba contratando um trabalhador para tomar conta de uma área onde seriam necessários vários, e isto acaba alertando os vigilantes nas nossas assembleias sobre esta realidade". Mas o Sindiviva já tomou algumas providências, como consequer que os crimes vitimando vigilantes sejam investigados pela Divisão de Homicídios, de forma a dar mais agilidade às investigações e punir mais rápido o criminoso.



Armas recuperadas por policiais da Ronda Tática, na Vila da Barca, logo após roubo



Empresa onde as armas foram roubadas, no Telégrafo, entrou em falência



Eder Mauro tem informações de que seriam mais de 400 e não 235 armas roubadas

Aumenta a indenização para quem entregar armas voluntariamente

A partir de agora, os cidadãos que aderirem à Campanha Nacional de Desarmamento vão receber novos valores de indenização. O Ministério da Justiça publicou, no último dia 23, a Portaria nº 2.969 no Diário Oficial da União que reajusta os valores para quem entregar armas voluntariamente. Quem entregar a arma de fogo para destruição receberá de R\$ 150 a R\$ 450 de acordo com o tipo e calibre do armamento. Antes, os valores variavam de R\$ 100 a R\$ 300.

Desde janeiro, 62 mil armas foram entregues no país. São Paulo lidera, com 17 mil armamentos. O ministério identificou as duas razões que mais estimularam o desarmamento: anonimato e a indenização,

paga em 24 horas. Para a secretaria nacional de Segurança Pública, Regina Mikki, mais importante que o valor pago pelo governo é o ato do cidadão. "Simbolicamente, ao abrir mão de possuir uma arma, a sociedade também abdica da violência por uma cultura de paz", analisa, ainda segundo o site do Ministério da Justiça.

Neste mês de dezembro, também entra no ar nova Campanha do Desarmamento, com foco nas famílias brasileiras. Com isso, o Ministério da Justiça pretende recrudescer um movimento nacional que vem da década de 1990. O Brasil, inclusive, recebeu o Prêmio Unesco na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz, por se tratar de uma

Revólveres

→ Calibres 22, 32 e 38:
R\$ 150,

Pistolas

→ Calibre 6,35: R\$ 150
→ Calibres 7,65 e 380:
R\$ 300,
→ Calibre 9mm: R\$ 450,

Espingardas/escopetas:

→ Calibres 12, 36 e 40:
R\$ 150,

Rifles

→ Calibres 243, 270, 300,
308, 338 e 7,62 mm:
R\$ 450,

Carabinas

→ Calibres 17, 22 Magnum:
R\$ 300,

Fuzis

→ Calibres 7mm e 7,62 mm:
R\$ 450,

Metralhadoras/ submetralhadoras

→ Todos os calibres:
R\$ 450,

Garrucha/pistolaô

→ Todos os calibres:
R\$ 150,

Tráfico de drogas estimula a venda ilegal e o "aluguel" de revólveres

os vigilantes corram a cada dia menos risco de vida".

Mas um item importante de proteção para o vigilante foi, segundo ele, a conquista do coleto à prova de balas, através da portaria 191/2005 do Ministério do Trabalho, que o inseriu como Equipamento de Proteção Individual para os vigilantes. "Hoje, todos os profissionais têm de portar o equipamento. Infelizmente, ainda por não ter consciência do perigo que correm, alguns deixam de usá-lo alegando desconforto por causa do intenso calor da nossa região. Como a Portaria 387/2006 da Polícia Federal exige a reciclagem profissional somente a cada dois anos, período que consideramos longo, criamos uma cláusula na convenção coletiva denominada "Diálogo de Segurança", pela qual as empresas terão de promover ao menos uma palestra semestral para os vigilantes com a finalidade de alertá-los sobre os perigos que rondam a profissão", diz.

E, nessas palestras, é obrigatória a abordagem dos seguintes temas: postura adequada à segurança quando no posto de serviço; levantamento e discussão dos erros cometidos que tornam o profissional vulnerável ao ataque dos bandidos; como reagir em caso de ataque; o que fazer quando descobre que há elementos estranhos dentro da área vigiada; melhoria das condições do serviço de forma a dar mais segurança aos profissionais, assim como debater assuntos de interesse comum.

Por ocasião de tais palestras, que ocorrerão sempre em dia de folga do empregado, serão fornecidos vales-transportes para o deslocamento dos trabalhadores. Para Juber, o roubo das armas da empresa de vigilância que faluiu serve de alerta para que a Polícia Federal aprimore a legislação em vigor, de forma que, ao serem desativadas, como no caso da empresa Sacramento (de onde houve o furto das armas), as empresas custodiem a armas no órgão até o desfecho do processo de falência. "A empresa estava desativada há muito tempo e foi uma surpresa saber pela imprensa que ela ainda tinha um arsenal naquele em seu poder, sem possuir sequer um vigilante para fazer a guarda do local, diz, para completar: "Empresa de vigilância trabalha com armas. E, ao fechar as portas, o primeiro caminho a tomar é vender o armamento para outra de forma direta ou via leilão judicial para quitar dívidas trabalhistas. Mas, enquanto isto não ocorrer, como foi o caso, o risco do armamento ir parar nas mãos de criminosos é iminente", acrescenta. (D. P.)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF